

tema do dia // 40 anos do SPZC

“No plano ideológico a luta contra a unicidade sindical – por um sindicalismo plural e o respeito pela pluralidade das ideias –, a que se somam o aprofundamento do diálogo social e a negociação com os diferentes parceiros, são marcos históricos para o SPZC

“A luta pela democratização do ensino e por uma escola pública de qualidade, que garanta a igualdade de oportunidades, é outra bandeira do SPZC, que assume exigir e comprometer o Estado na construção de uma escola pública de qualidade, que garanta a universalidade do seu acesso e promova a equidade no sucesso de todos”

“Temos uma escola do século XIX do século XXI e professores form

A 26 de outubro de 1976, há exatamente 40 anos, foram publicados os estatutos do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), numa data a ser assinalada durante o ano. Em entrevista ao DIÁRIO AS BEIRAS, José Ricardo, na presidência do SPZC desde 1995, deixa as linhas orientadoras e define as grandes metas que se colocam

O SPZC assinala hoje mesmo, dia 26 de outubro, 40 anos sobre a sua fundação?

Exatamente. No entanto, apesar da data de 26 de outubro de 1976 constar como a da fundação do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), com a publicação dos seus estatutos, não significa que a ideia da criação deste sindicato não tivesse começado a ferver logo a seguir ao 25 de Abril, efetivamente nas primeiras semanas que se seguiram.

Isso significa que o SPZC tem a idade da democracia?

A ideia da criação do sindicato tem exatamente a idade da democracia no país. Aliás, os professores da zona Centro, tal como os professores do resto do país, participaram logo no primeiro 1.º de Maio e em grande força. Depois, através de reuniões de escola, por concelhos, por distritos, os professores foram-se organizando. Seguiram-se reuniões de negociação, através de uma plataforma nacional, com representantes do Norte, do Centro e do Sul. Foi o processo de construção de uma organização até chegar à publicação dos estatutos, de que passam hoje os 40 anos, e que se assumiu logo numa organização por regiões.

A organização do sindicato por regiões mantém-se?

Manteve-se assim. Foi essa a opção dos professores, também porque foi entendido que essa característica atendia mais à diversidade regional das questões que se colocavam em termos do país, mantendo-se, naturalmente, a coerência nacional nas tomadas de posição e na

organização das lutas. Houve então a necessidade de nos estabelecermos enquanto plataforma nacional, pelo que o SPZC foi fundador, em 1982, da FNSP (Federação Nacional dos Sindicatos de Professores), que depois, já no final da década de 80, deu lugar à FNE (Federação Nacional de Educação) por ter passado a integrar também sindicatos de não docentes. Docentes e não docentes integram desde então esta organização, juntos pela causa da educação, uma vez que nós nunca nos preocupamos apenas com as questões corporativas dos professores. Somos um sindicato que quer participar e tem participado na definição das políticas educativas a nível central.



A primeira grande reivindicação do SPZC foi exatamente a criação do Estatuto da Carreira Docente. Antes não havia carreira, a precariedade era imensa e os salários eram miseráveis

Este é um papel que o SPZC assume desde o início?

Este é um papel de que nós não abdicamos. Os professores querem intervir na definição das políticas educativas em Portugal.

E não apenas nas suas causas enquanto classe?

Não apenas nas suas causas enquanto classe. E esta é uma marca importante do SPZC. É



José Ricardo, na presidência do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC) desde 1995, evocou as grandes lutas de 40 anos de sindicalismo

preciso ver que quando o sindicato nasce, em 1976, havia questões fundamentais para resolver, como, por exemplo, o estatuto dos professores. Aliás, a primeira grande reivindicação foi exatamente a criação do estatuto dos professores. Não havia carreira, não havia quadros de professores, a precariedade era imensa, os salários eram miseráveis. Portanto, havia, em primeiro lugar, que fazer uma luta permanente e insistente pelo estatuto da carreira dos professores. Nessa reivindicação, a nossa grande luta foi que

os salários dos professores tivessem o mesmo enquadramento dos técnicos superiores da administração pública.

A conquista de um estatuto da carreira docente foi um caminho que demorou?

Demorou exatamente 16 anos. Desde 1974 a 1990, ano da publicação do Estatuto da Carreira Docente. Depois disso, houve várias tentativas para degradar salarialmente a carreira dos professores, sobretudo em relação ao salário de topo coincidente com os salários mais eleva-

dos da administração pública. Fomos vencendo sempre, com muita luta, com muita pressão para não cedermos ao que foram as várias tentativas de sucessivos governos. Hoje, continuamos a ter um ataque à carreira dos professores, aos seus salários, de uma forma generalizada a todos os trabalhadores da administração pública.

Houve outras grandes lutas?

Sem dúvida. Uma delas foi a exigência da profissionalização. O acesso à profissão deveria acontecer com uma

habilitação de grau superior, uma licenciatura, para todos os professores, independentemente dos níveis de ensino, mas também com a garantia de que só entra na carreira docente quem estiver profissionalizado. Por isso também, as universidades organizaram as suas licenciaturas no sentido de formarem professores, tendo-se seguido as escolas superiores de educação com a exigência da licenciatura. E há ainda a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei de Bases do Sistema

“ Marcos históricos para o SPZC são ainda a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, bem como o alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos e, posteriormente, para os 12 anos de escolaridade

“ Entre o muito trabalho ainda pela frente, encontra-se o combate à elevada taxa de insucesso escolar, expressa nos números que dizem que em Portugal existem mais de 150 mil alunos que ficam retidos no mesmo ano

“ Problemas da profissão docente que vão exigir soluções prontas: desgaste profissional acelerado, sobrecarga do tempo de trabalho nas escolas, envelhecimento da classe, sobredimensionamento das turmas

, com alunos ados no século XX”

te todo o próximo ano, para encerrar, no Dia Mundial do Professor, a 5 de outubro, com um grande encontro | hoje, não apenas aos professores, mas à educação no país, definindo a qualificação como a batalha principal

DB-Luís Carreaga



do Sistema Educativo é um instrumento ao serviço da sociedade.

A lei de bases é, ainda, um instrumento útil ao serviço da sociedade?

Em determinados preceitos, a lei de bases baliza coisas importantes, mas começa a estar ultrapassada nalgumas matérias, que muitas vezes têm sido desvirtuadas através de peças legislativas sucessivas.

Quer concretizar?

Por exemplo, questões relacionadas com o acesso e o sucesso educativo das crianças. Hoje ainda temos problemas graves na universalidade do sucesso educativo das crianças. Vejamos a educação especial. Os alunos com dificuldades de aprendizagem ainda sofrem grandes insuficiências no apoio de que necessitam no sentido da inclusão efetiva. E a escola tem de ser promotora da inclusão social, não pode proporcionar a exclusão. Esta é uma questão ainda muito aquém daquilo que, efetivamente, a escola deve responder, no sentido de criar uma igualdade de oportunidades e, como valor maior, a necessária equidade. Exigindo-se uma renovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, ela deve ser feita no sentido de adaptar os rumos da educação às exigências dos novos tempos.

Parece-lhe que o país político está pronto para avançar nesta questão central?

O país tem de estar pronto e a sociedade tem de estar pronta. Obedecendo a um grande princípio basilar: tem de haver um debate in-

tenso, que envolva todos os agentes no processo educativo, para que os consensos depois se façam. Temos de definir uma lei de bases que enquadre o que se pretende da educação no século XXI. A escola vai ter de mudar.

A escola vai ter de mudar, respondendo às mudanças que a sociedade já sofreu?

“

O envelhecimento do corpo docente, cada vez mais visível, preocupa-nos bastante. Temos de recuperar condições de aposentação que deixaram de existir em 2006

Sem dúvida. Aliás, eu costumo dizer que nós, hoje, continuamos a ter um paradigma de escola do século XIX, quando já estamos no século XXI, com professores formados no século XX. O paradigma é, claramente, o do século XIX, com a esmagadora maioria dos professores formados no século XX, com jovens alunos do século XXI.

É já o desfasamento que os professores vivem nas salas de aula?

Esse é um facto. Mas também sou de opinião que a escola não se muda por decreto. A escola tem de se refundar, de se recriar, num processo de baixo para cima. Tem de ser um processo feito com os professores e com os alunos. Porque os alunos vão, cada vez mais, fazer essa pressão dentro da escola.

E questões expressas num relatório recente da OCDE, que, entre outras, associa mais indisciplina a maior idade dos professores?

O envelhecimento do corpo docente, cada vez mais visível, preocupa-nos bastante. Uma percentagem muito pequena de professores têm menos de 35 anos e uma enorme percentagem têm mais de 50 anos. Isto leva-nos a questões complexas, porque não está a haver uma transformação do corpo docente, de forma a que os mais velhos vão integrando os mais novos. Estamos a excluir professores que, tendo formação, nunca irão exercer.

Eventualmente até, uma geração de professores que iria contribuir para a tal transformação da escola?

Muito provavelmente. Juntando a experiência dos mais antigos às novidades dessa geração mais jovem. Este envelhecimento está a proporcionar um desgaste brutal aos professores. As exigências que a escola hoje tem são de tal forma, que os professores com mais idade sentem profundamente esse desgaste. Essa é a razão da nossa grande luta neste momento, que é a de permitir que o Governo tenha um olhar muito especial para professores acima dos 60 anos de idade, criando condições de aposentação que deixaram de existir desde 2006. Nós temos de olhar para esta realidade, pensando também na dignidade destes profissionais. Esta é hoje uma grande luta dos sindicatos. | **Lúcia Pereira**

“Não há crescimento e competitividade sem aposta decisiva na qualificação”

O número de alunos por turma é um elemento muito importante nesta equação?

É importante a três níveis: acentua o desgaste dos professores, propicia maiores fenómenos de indisciplina e não permite o melhor desenvolvimento das aprendizagens. O ensino individualizado que é o ideal, não é possível numa turma de 30 alunos. Porque há ritmos de aprendizagem muito diferentes.

São os professores que têm de lidar com estas situações?

Têm de lidar. Se não lidarem, claramente a escola não está a cumprir o seu papel. Não está a proporcionar a todos a equidade que se lhe exige. A escola deve proporcionar a todos as aprendizagens necessárias a que todos consigam atingir os objetivos definidos durante os 12 anos de escolaridade. Nós não podemos ter uma escola de insucesso.

E nós temos ainda uma escola com bastante insucesso?

Temos ainda uma escola com graves problemas de insucesso. O insucesso no 12.º de escolaridade ainda ronda os 40%. É muito. Em 40 anos os progressos são imensos, sobretudo ao nível do abandono escolar, mas há ainda muito caminho a fazer.

Centrado agora no sucesso?

A batalha agora é a do sucesso. A escola tem de introduzir estratégias, tem de ter recursos que promovam o sucesso, as crianças e os jovens têm esse direito e esse é o papel dos professores.

E falta o quê para ganhar a

batalha do sucesso?

Em primeiro lugar, falta inverter a degradação do Orçamento do Estado (OE) para a educação que aconteceu nos últimos seis, sete anos. Nós lutamos para que o OE cresça de forma a responder ao grande desafio que a escola hoje tem e que se divide em duas linhas: a promoção do sucesso de todas as crianças e jovens e a aposta na qualificação dos portugueses.

É fundamental ao país a aposta na qualificação?

Se o país não apostar de uma forma definitiva na qualificação, continuará a ter graves problemas de competitividade e crescimento económico.

Essa é a grande aposta, mas que parece ainda longe de gerar consensos?

Mas é necessário que aconteçam. E é necessário, em primeiro lugar, um maior investimento na área da educação. Depois, tem de ser feito um grande e alargado debate que conduza a decisões concretas.

O OE para 2017 parece-lhe ter já essa inflexão?

Nós queríamos um maior aumento da dotação para a educação, mas há alguns sinais que considero positivos. Pela primeira vez nos últimos seis anos, há um crescimento de 180 milhões de euros para a educação. Não é o necessário, mas são sinais no caminho que o país precisa de fazer. Sobretudo quando o Governo assume o propósito de universalizar a educação pré-escolar. Aqui está a base daquilo que pode ser uma tendência futura de maior sucesso escolar para todas as crianças, nesta que é uma batalha que travamos há muitos anos. **L. P.**

Educativo que acabou de assinalar 30 anos?

O que nós quisemos com esta Lei de Bases [do Sistema Educativo] foi que a educação em Portugal tivesse um rumo, definisse concretamente o que é que o país queria, concretamente, em termos educativos. E ainda bem que a primeira lei de bases foi aprovada com um consenso alargado da Assembleia da República.

Um consenso hoje difícil?

Hoje difícil. Pese, embora, que nós continuamos a defender que a Lei de Bases



“PROFESSORES DEVEM INTERVIR NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA EDUCATIVA”

José Ricardo, presidente do Sindicato do Sindicato dos Professores da Zona Centro, faz o balanço de 40 anos de ação >Págs 4 e 5